

CONTABILIDADE FINANCEIRA

Luiz Guilherme Aboim

Escola de Finanças Aboim

<https://xn--escoladefinançasaboi-mg1b.com/>

CONTABILIDADE FINANCEIRA BÁSICA

Principais Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2020

Investimentos



ATIVO	PASSIVO + PAT. LÍQUIDO
APLICAÇÕES FINANCEIRAS 2.500.250	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO 5.000.000
ESTOQUES 1.000.000	FORNECEDORES 250
DUPLOCATAS A RECEBER 1.700.000	DÍVIDA DE LONGO PRAZO 10.000.000
ATIVO IMOBILIZADO 30.000.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO 20.200.000
35.200.250	35.200.250

Dívidas



Capital
próprio



$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

Principais Demonstrações Financeiras

Ativo Circulante

ATIVO

Correspondem aos investimentos realizados pela empresa, que tem potencial de gerar fluxo de caixa no futuro.

O ativo pode ser operacional, como máquinas, edificações, ativos biológicos, estoques e duplicatas a receber, dentre outros ou não operacional, como por exemplo, aplicações financeiras, empréstimos a sociedades coligadas ou controladas ou Investimentos em outras empresas.

Balanço Patrimonial – 31 de dezembro de 2020

ATIVO		PASSIVO + PAT. LÍQUIDO
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2.500.250	EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO
ESTOQUES	1.000.000	250
DUPLOCATAS A RECEBER	1.700.000	DÍVIDA DE LONGO PRAZO
		10.000.000
ATIVO IMOBILIZADO	30.000.000	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	35.200.250	20.200.000
		35.200.250

Ativo - NãoCirculante

Passivo Circulante

PASSIVO

O Passivo é a parte do balanço patrimonial que evidencia as obrigações da entidade. Tais obrigações são provenientes de eventos passados, e sua liquidação normalmente gerará saída de recursos no futuro.

Normalmente essas obrigações são compromissos que podem ser legalmente exigíveis, devido a existência de um contrato ou de exigências estatutárias.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Diferença entre Ativo e Passivo

ATIVO

ATIVO

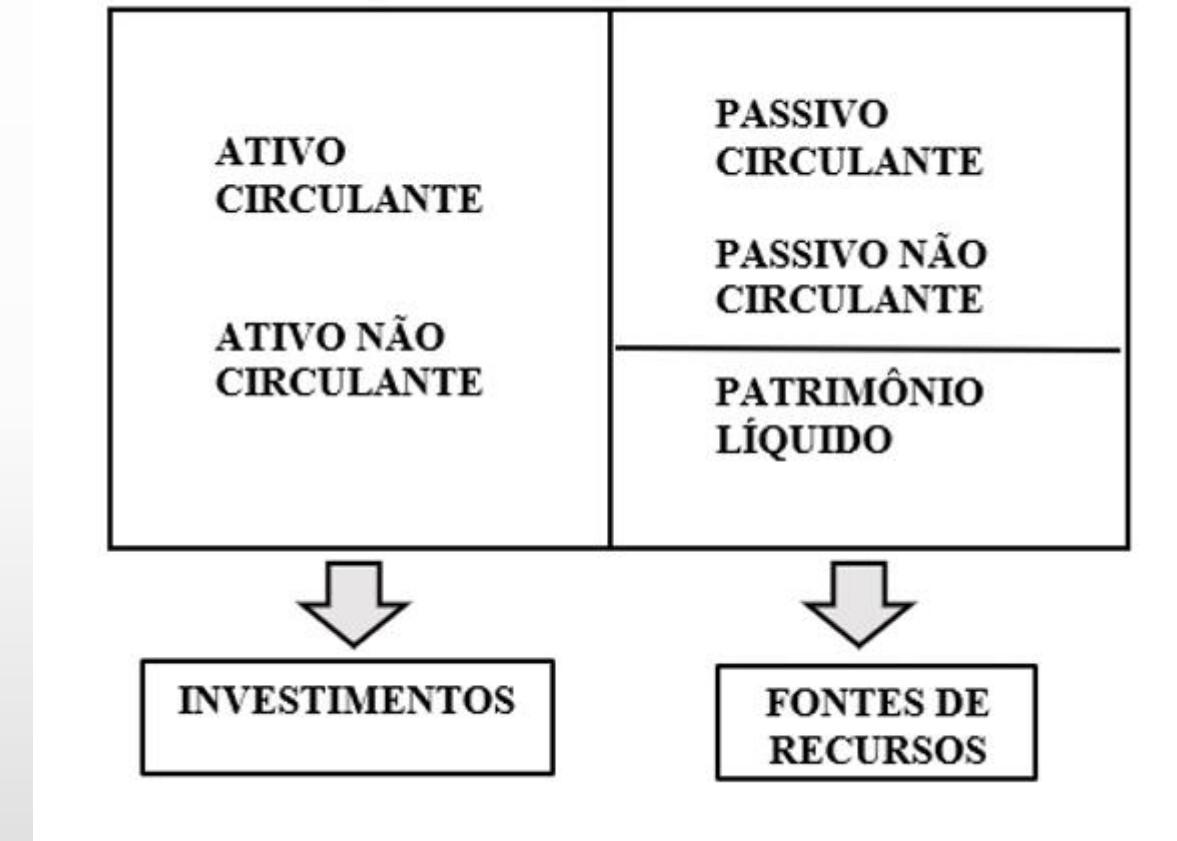
O **Ativo** representa todos os bens e direitos da empresa que possuem valor econômico e potencial para gerar fluxo de caixa no futuro. Esses ativos podem ser classificados em **ativos operacionais** e **ativos não operacionais**, dependendo do seu papel nas operações da empresa.

Ativos operacionais são aqueles diretamente ligados às atividades principais da empresa, ou seja, à produção de bens ou à prestação de serviços. Esses ativos são essenciais para o funcionamento diário e contribuem diretamente para a geração de receitas. Exemplos incluem: máquinas, edificações, ativos biológicos, estoques, duplicatas a receber, etc.

Ativos Não Operacionais são aqueles que, **embora não estejam diretamente ligados às atividades principais da empresa, ainda têm valor e potencial de retorno financeiro**. Eles podem gerar receitas adicionais ou contribuir para a liquidez da empresa, mas não estão relacionados com a produção de bens ou serviços.

Exemplos incluem: aplicações financeiras, empréstimos a coligadas ou controladas, Investimentos em outras cias.

Enquanto os **ativos operacionais** são fundamentais para manter e expandir as operações, os **ativos não operacionais** ajudam a fortalecer a posição financeira e podem servir como uma fonte adicional de retorno ou segurança financeira.



Estrutura do Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO	PASSIVO + PATRIM. LÍQUIDO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante:	Passivo Não Circulante:
Ativo Realizável a Longo Prazo	Passivo Exigível a Longo Prazo
Investimentos	Patrimônio Líquido:
Ativo Biológico	Capital Social
Ativo Imobilizado	Ajustes de Avaliação Patrimonial
Ativo Intangível	Reservas de Lucros
	(-) Ações em tesouraria
	Prejuízos Acumulados

Classificação do Ativo

O **Ativo Circulante** inclui todos os bens e direitos que são esperados ser convertidos em dinheiro, no curto prazo, ou seja, **dentro de um ano**. Estes ativos são essenciais para as operações do dia-a-dia e para a manutenção da liquidez da empresa. São itens que circulam rapidamente, entrando e saindo com frequência.

O **Ativo Não Circulante** inclui bens e direitos que não são de realização imediata, ou seja, aqueles que a empresa planeja manter por **mais de um ano**. Esses ativos estão geralmente ligados a investimentos de longo prazo e ao funcionamento estrutural da empresa, apoiando suas operações e crescimento.

Principais Contas do Ativo Circulante

ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades

Aplicações Financeiras

Clientes

Estoques

Impostos a recuperar

Despesas Antecipadas

Adiantamentos a fornecedores

Outros valores a receber

ATIVO CIRCULANTE

é a categoria do balanço patrimonial que representa todos os bens e direitos de uma empresa que podem ser convertidos em dinheiro no curto prazo, geralmente dentro de um ano.

No **ativo circulante**, muitos itens, como **duplicatas a receber** e **estoques**, possuem uma característica interessante: apesar de serem classificados como ativos de curto prazo, eles possuem um ciclo contínuo de renovação. Isso significa que, embora sejam convertidos em dinheiro ao longo do ano, eles são constantemente repostos devido à natureza operacional da empresa, proporcionando uma **característica de permanência** no balanço.

Disponibilidades e Aplicações Financeiras

Correspondem a valores que estão no caixa ou depositados em bancos em nome da empresa. Tais valores podem estar em contas correntes da empresa ou em aplicações financeiras que possam ser convertidas em dinheiro a qualquer momento, tais como CDB, CDI e LFT.

Nestas contas estão contabilizados valores, ou aplicações que a empresa usa para fazer frente às suas obrigações de curto prazo. Nestas contas estão contabilizados valores, ou aplicações que a empresa usa para fazer frente às suas obrigações de curto prazo.

Duplicatas a Receber

A conta clientes ou duplicatas a receber representam recebíveis das vendas, ou seja, direitos a receber de terceiros decorrentes da venda de produtos (indústria), mercadorias (empresa comercial) e serviços (empresa prestadora de serviços) e correspondem às duplicatas emitidas e ainda não liquidadas. Considera-se uma venda realizada quando o produto ou a mercadoria vendidos passam à propriedade do comprador. As duplicatas a receber, provenientes da venda de serviços, originam-se da realização dos serviços prestados com base nas condições contratuais.

Vamos supor uma empresa que vende R\$ 7.200 mil por ano (que equivale a $R\$ 7.200 \text{ mil} \div 360 = R\$ 20 \text{ mil/dia}$) e recebe num prazo de 30 dias. Tal empresa carrega um investimento de R\$ 600 mil na conta clientes.

valores em R\$ mil

dias	1	2	3	4	29	30	31	32	360
Vendas	20	20	20	20	20	20	20	20
dupl. receber	20	40	60	80	580	600	600	600
Recebimentos	0	0	0	0	0	0	20	20

Se a empresa trabalhasse com prazo de 40 dias, o investimento na conta clientes seria de R\$ 800 mil.

valores em R\$ mil

dias	1	2	3	4	39	40	41	42	360
Vendas	20	20	20	20	20	20	20	20
dupl. receber	20	40	60	80	780	800	800	800
Recebimentos	0	0	0	0	0	0	20	20

Estoques

Estoques são bens destinados à venda (mercadorias ou produtos acabados), à produção (matérias-primas e insumos), à prestação de serviços (materiais) ou ao consumo (material de limpeza, embalagens). O elemento básico para a avaliação de estoques é o custo médio ponderado.

Nas empresas comerciais os estoques representam os bens destinados à venda.

Nas empresas industriais, os estoques subdividem-se em estoques de matérias-primas, de produtos em elaboração e produtos acabados. Os estoques de produtos em elaboração e acabados são avaliados pelo método do custeio real por absorção que, considera o consumo de matérias primas, mão de obra direta e gastos indiretos necessários à fabricação.

Nas empresas prestadoras de serviços, os estoques representam materiais indispensáveis para serem consumidos quando da prestação do serviço.

ESTOQUES

REDE DE FARMÁCIAS



Despesas Antecipadas

Referem-se a pagamentos antecipados, cujos benefícios só ocorrerão no próximo exercício, como por exemplo, aluguéis pagos antecipadamente, assinaturas de revistas, seguros, dentre outros. Tratam-se de gastos realizados pela empresa em despesas a serem incorridas no próximo exercício, na medida que os benefícios forem obtidos.

Adiantamentos a fornecedores

Referem-se aos adiantamentos feitos a fornecedores, relacionados à compra de materiais e insumos, que serão incorporados aos estoques quando recebidos.

Outros Valores a Receber

Representam contas a receber não originados do objeto principal da empresa. É composto por:

- Contas a receber referentes a venda de imobilizado;
- Empréstimos a receber de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas);
- Dividendos a receber – função da participação em outras empresas que já tenham registrado os valores na conta dividendos a pagar;
- Adiantamentos a Funcionários, Diretores e terceiros.

ADIANTAMENTO A FORNECEDORES



AVIÁRIO



FRIGORÍFICO AVÍCOLA

ADIANTAMENTOS
A FORNECEDORES



ATIVO NÃO CIRCULANTE

O **ativo não circulante** é a parte do ativo de uma empresa composta por bens e direitos de longo prazo, que não se destinam à venda ou conversão em dinheiro no curto prazo. Estes ativos representam investimentos permanentes que a empresa mantém para apoiar suas operações e promover o crescimento a longo prazo. São utilizados para sustentar a estrutura da empresa, facilitar a produção e gerar valor futuro, mesmo que não tenham liquidez imediata.

Principais Componentes do Ativo Não Circulante:

Realizável a Longo Prazo: empréstimos a coligadas, depósitos judiciais

Ativo Imobilizado: Bens físicos de longa duração, como terrenos, edifícios, máquinas e veículos, usados nas operações da empresa.

Ativo Intangível: Ativos não físicos, como patentes, marcas, direitos autorais, que têm valor e ajudam na criação de vantagens competitivas.

Investimentos: Participações em outras empresas, coligadas ou controladas, além de investimentos financeiros que a empresa planeja manter por longo prazo.

Ativos Biológicos de Longo Prazo: Animais, plantações e outros recursos biológicos que levam mais de um ano para gerar benefícios econômicos.

Principais Contas do Ativo Não Circulante

ATIVO NÃO-CIRCULANTE

Realizável a Longo Prazo

Contas a receber de partes relacionadas|

Depósitos judiciais

Ativo Fiscal Diferido

Investimentos

Biológico

Imobilizado

Operacional tangível

Recursos Naturais

Objeto de Arrendamento Mercantil

Obras em andamento

Direito de uso

Intangível

Realizável a Longo Prazo

Neste grupo são classificados bens e direitos referentes a contas semelhantes às do Ativo Circulante, com exceção de disponibilidades, mas que tenham realização, certa ou provável, após o término do exercício seguinte ao do fechamento do balanço, ou seja, num prazo superior a um ano.

Por exemplo, considere que uma empresa realize uma venda em 31/12/20x1 para recebimento em 30/06/20x3. Este valor a receber seria classificado como “Contas a Receber” no Realizável a Longo Prazo.

Contas a receber de partes relacionadas

Correspondem a empréstimos concedidos a empresas coligadas ou controladas, ou seja, do mesmo grupo econômico (contrato de mútuo).

Depósitos judiciais

Esta conta normalmente registra tributos que a empresa está obrigada a recolher, mas que a sua obrigatoriedade, e/ou valor, estão sendo questionados na Justiça. Tais depósitos são feitos em juízo, podendo a empresa obter, ou não, a recuperação de tais valores, sendo estes corrigidos.

Investimentos

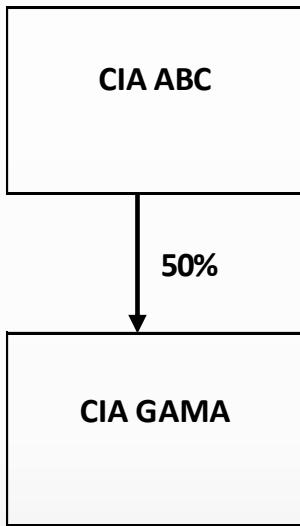
Esta conta corresponde a participações societárias em outras empresas. O principal critério para que seja classificada como ativo não circulante é a intenção em não se desfazer de tais participações. Caso uma empresa adquira ações com intenção de se desfazer deste investimento no futuro próximo, ela deve classificá-las como ativo circulante ou RLP, dependendo do prazo planejado para alienação e da sua liquidez.

Normalmente os Investimentos em participações acionárias são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, ou seja, com base no valor do PL da coligada, ou controlada, proporcionalmente à participação acionária da empresa que está registrando o ativo.

Exemplo:

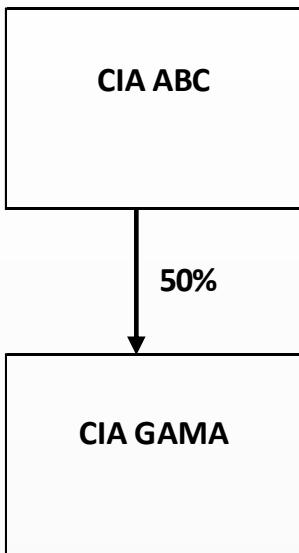
A Cia ABC tem 40% de participação na Cia GAMA. Assim, se o Patrimônio Líquido da Cia Gama é de R\$ 100 milhões, a CIA ABC contabiliza como Investimentos um valor de R\$ 40 milhões (40% de R\$ 100 milhões).

GANHOS OU PERDAS NÃO RECORRENTES



CIA ABC	
Investimentos	60.000

CIA GAMA	
Pat. Líquido	120.000

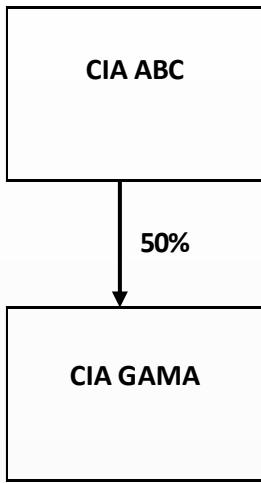


CIA ABC		
Investimentos	60.000	
+ REP	<u>25.000</u>	
	85.000	

DRE da CIA ABC	
Vendas	350.000
- Custos	<u>112.000</u>
Lucro Bruto	238.000
- desp. Operacionais	<u>148.780</u>
Lucro Atividade	89.220
+ REP	<u>25.000</u>
- desp. Financeiras	<u>86.800</u>
LAIR	27.420
- Imp. de renda	<u>9.323</u>
Lucro Líquido	18.097

CIA GAMA		
Pat. Líquido	120.000	
+ <u>50.000</u>		
	170.000	

DRE da CIA GAMA	
Vendas	100.000
- Custos	<u>42.136</u>
Lucro Bruto	57.864
- desp. Operacionais	<u>25.000</u>
Lucro Atividade	32.864
+ outras receitas	60.000
- desp. Financeiras	<u>17.106</u>
LAIR	75.758
- Imp. de renda	<u>25.758</u>
Lucro Líquido	<u>50.000</u>



CIA ABC		
	Investimentos	60.000
	+ REP	-30.303
		29.697

DRE da CIA ABC	
Vendas	350.000
- Custos	112.000
Lucro Bruto	238.000
- desp. Operacionais	148.780
Lucro Atividade	89.220
+ REP	-30.303
- desp. Financeiras	86.800
LAIR	-27.883
- Imp. de renda	-9.480
Lucro Líquido	-18.403

CIA GAMA		
	Pat. Líquido	
		120.000
		-60.606
		59.394

DRE da CIA GAMA	
Vendas	100.000
- Custos	42.136
Lucro Bruto	57.864
- desp. Operacionais	25.000
Lucro Atividade	32.864
- outras despesas	-76.364
- desp. Financeiras	17.106
LAIR	-60.606
- Imp. de renda	0
Lucro Líquido	-60.606

Ativo Imobilizado

Neste subgrupo estão classificadas todas as aplicações de recursos que a empresa faz em bens corpóreos, ou seja, na capacidade produtiva, destinados à manutenção da companhia. São ativos que tem corpo físico, tais como terrenos, edificações, instalações, veículos, máquinas, equipamentos, direitos sobre recursos naturais, obras em andamento, etc. Tais investimentos se caracterizam pela natureza permanente e pela utilização na operação do negócio e por não se destinarem à venda.

O Imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, ou construção, e está sujeito à perda de valor no tempo em decorrência de desgastes pelo uso, ação da natureza ou obsolescência. Essas perdas de valor vão se transformando gradualmente em custos e/ou despesas de depreciação ou exaustão. A depreciação é normalmente calculada pelo método linear, a taxas projetadas para incidir no custo dos bens depreciáveis de acordo com suas vidas úteis estimadas.

As taxas normais admitidas pela Receita Federal são:

Imobilizado	Vida Útil	Taxa de depreciação
Edifícios e benfeitorias	25 anos	4% ao ano
Móveis e utensílios	10 anos	10% ao ano
Máquinas e equipamentos	10 anos	10% ao ano
Veículos	5 anos	20% ao ano
Computadores	4 anos	25% ao ano
Tratores	4 anos	25% ao ano
Motocicletas	4 anos	25% ao ano

Exemplo de movimentação do Ativo Imobilizado

Ativo Imobilizado		ano 1	ano 2	ano 3	ano 4	ano 5
Custo de aquisição (R\$ mil)						
saldo inicial		-	100.000	100.000	100.000	100.000
+ novas imobilizações		100.000	-	-	-	-
saldo final		<u>100.000</u>	100.000	100.000	100.000	100.000
Depreciação acumulada (R\$ mil)						
saldo inicial		-	20.000	40.000	60.000	80.000
+ depreciação do ano		20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
saldo final		<u>20.000</u>	40.000	60.000	80.000	100.000
Imobilizado Líquido (R\$ mil)						
		80.000	60.000	40.000	20.000	-

Obs.

A depreciação pode ser acelerada em função do uso intensivo dos ativos, e ocorre quando a empresa trabalha em mais de um turno de operação. Assim, se trabalhar em 2 turnos, a taxa de depreciação será multiplicada por 1,5 e se trabalhar em três turnos, a taxa de depreciação será multiplicada por 2. Tal depreciação é registrada na contabilidade.

Ativo Intangível

Ativos intangíveis são contas provenientes de recursos aplicados em bens imateriais (não tem natureza física) necessários para a manutenção da empresa, como é o caso de fundos de comércio, licenças, concessões, direitos autorais, direitos de exploração, softwares, receitas, fórmulas, direito de utilização de imóveis, bônus de assinatura, marcas e patentes.

Além destes, o Intangível também contempla o ágio pago por expectativa de resultado futuro (também conhecido por *goodwill* ou fundo de comércio). O ágio é o valor pago a maior em relação ao valor contábil (*book value*) numa aquisição, pois quando a empresa adquire uma participação acionária, é comum que o valor negociado seja acima de seu valor contábil, por conta do potencial de geração futura de riqueza da empresa adquirida e, nesse caso, diz-se que a empresa pagou ágio pela compra da participação societária na empresa.

Uma empresa que gera internamente ativos intangíveis, tem que seguir os seguintes critérios de contabilização: os custos com pesquisas devem ser registrados como despesas na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, e os custos de desenvolvimento só podem ser capitalizados quando for confirmada sua viabilidade técnica e comercial.

Obs.

Os fundos de comércio, marcas, patentes, carteira de clientes, sistemas que tenham sido desenvolvidos internamente, vantagens relacionadas a uma localização geográfica privilegiada, reputação da firma, reputação dos administradores, experiência e qualificação do corpo de profissionais (capital humano), nunca podem ser considerados como ativos e em consequência, não podem ser contabilizados.

Assim, as marcas só podem ser classificadas no Intangível quando adquiridas de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, ou através do valor do custo de criação.

Em outras palavras, apenas uma parte dos ativos intangíveis podem ser contabilizadas no balanço.

A diminuição do valor dos elementos do ativo intangível contábil será registrada periodicamente na conta amortização acumulada. Tal amortização recebe tratamento semelhante à depreciação do imobilizado.

A diferença é que a depreciação é calculada com base na aquisição de bens de uso da empresa e a amortização é calculada com base na aquisição de bens imateriais.

A legislação tributária fixa quais são as contas sujeitas à amortização, além dos prazos e das taxas.

anos	1	2	3	4	5
Ativo Intangível					
Custo de aquisição					
Saldo inicial	-	50.000	50.000	50.000	50.000
+ adições ao Intangível	50.000	-	-	-	-
Saldo final	50.000	50.000	50.000	50.000	50.000
Amortização acumulada					
Saldo inicial	-	5.000	10.000	15.000	20.000
+ amortização	5.000	5.000	5.000	5.000	5.000
Saldo final	5.000	10.000	15.000	20.000	25.000
Intangível líquido					
	45.000	40.000	35.000	30.000	25.000

O intangível vinculado aos contratos de concessão é registrado pelo seu custo de aquisição, construção ou contratação. Importante destacar que, da mesma forma que ocorre com o imobilizado, o Intangível em construção inclui os custos do financiamento (os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira).

Trata-se de ativo intangível de vida útil definida e o seu valor será amortizado dentro do prazo do contrato de concessão. Para os bens cuja vida útil ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.

Assim, após a entrada em operação dos ativos, os ativos ficam distribuídos em: ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO

O **passivo** representa as **obrigações** financeiras e compromissos da empresa com terceiros, ou seja, suas dívidas e responsabilidades que surgiram de eventos passados. A liquidação dessas obrigações geralmente resultará em uma **saída de recursos** no futuro.

Origem em Eventos Passados: As obrigações que constituem o passivo resultam de transações ou eventos anteriores, como a aquisição de bens ou serviços, financiamentos obtidos ou obrigações fiscais.

Exigibilidade Legal: Muitas dessas obrigações são **legalmente exigíveis** e formalizadas por contratos, acordos ou exigências estatutárias. Isso significa que a empresa tem uma responsabilidade de cumprimento com prazos e condições definidos.

Geração de Saída de Recursos: O cumprimento das obrigações do passivo normalmente implica uma saída futura de recursos.

Classificação do Passivo

Passivo Circulante: Representa as obrigações da empresa que devem ser liquidadas no curto prazo, geralmente dentro de 12 meses. Inclui dívidas e compromissos financeiros como fornecedores, salários a pagar, impostos, e empréstimos de curto prazo.

Passivo Não-Circulante: Refere-se às obrigações de longo prazo, com vencimento superior a 12 meses. Esse grupo engloba dívidas de longo prazo, financiamentos, provisões e outras obrigações que serão quitadas em um período estendido, como debêntures e financiamentos bancários.

PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante agrupa as obrigações que a empresa precisa liquidar em um prazo curto, geralmente até 12 meses após a data do balanço. Ou seja, são dívidas e compromissos que exigem atenção a curto prazo. Seguem abaixo as principais contas do passivo circulante.

Fornecedores

Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo

Salários e Encargos Sociais a Pagar

Obrigações Fiscais e Tributárias

Provisões para Obrigações de Curto Prazo

Contas a Pagar

Valores a pagar

Adiantamentos de Clientes

Dividendo e JCP a Pagar

Passivo de Arrendamento

Certas contas do passivo circulante, como **fornecedores, salários a pagar, contas a pagar e adiantamentos de clientes**, tendem a ter uma **natureza contínua ou permanente** em empresas em funcionamento. Isso ocorre porque esses tipos de contas são renovados constantemente devido às operações recorrentes da empresa. Essas contas representam obrigações de curto prazo, mas mesmo ao serem liquidadas, novas obrigações surgem no ciclo seguinte, mantendo um saldo constante ou similar.

Assim, embora essas contas sejam classificadas no passivo circulante, e tecnicamente devam ser liquidadas em menos de 12 meses, elas **se renovam constantemente** devido à natureza contínua das operações da empresa.

Esta dinâmica é bastante comum em negócios com atividades regulares e previsíveis e ajuda a empresa a diminuir a sua necessidade de **capital de giro**.

Fornecedores

Este é um dos principais componentes do passivo circulante. As empresas frequentemente compram mercadorias ou serviços a prazo, o que gera uma obrigação com fornecedores. Essa conta tende a ser renovada continuamente, pois a empresa está sempre adquirindo novos produtos ou serviços para suas operações.

Essas contas operacionais são frequentemente parte de um ciclo operacional contínuo, onde a empresa faz compras, paga fornecedores e depois faz novas compras, gerando continuamente novas obrigações. Isso cria uma característica de permanência no passivo circulante, uma vez que as dívidas são regularmente renovadas à medida que as operações da empresa continuam.

Vamos supor uma empresa que compra R\$ 3.600 mil por ano (que equivale a $R\$ 3.600 \text{ mil} \div 360 = R\$ 10 \text{ mil/dia}$) e paga num prazo de 90 dias. Tal empresa recebe um financiamento de R\$ 900 mil na conta fornecedores.

valores em R\$ mil

dias	1	2	3	88	89	90	91	92	360
Compras	10	10	10	-----	10	10	10	10	10
Fornecedores	10	20	30	-----	880	890	900	900	900
Pagamentos	0	0	0	-----	0	0	0	10	10

Se o prazo de pagamento fosse 30 dias, a empresa receberia um financiamento de R\$ 300 mil na conta fornecedores.

valores em R\$ mil

dias	1	2	3	28	29	30	31	32	360
Compras	10	10	10	-----	10	10	10	10	10
Fornecedores	10	20	30	-----	280	290	300	300	300
Pagamentos	0	0	0	-----	0	0	0	10	10

Salários a Pagar

Esta conta refere-se aos salários e benefícios devidos aos funcionários. A obrigação é renovada a cada período de pagamento, geralmente mensal, e é um aspecto contínuo nas operações de uma empresa.

Contas a Pagar

Inclui despesas operacionais que precisam ser quitadas, como contas de água, energia, aluguel, despesas de manutenção e outras despesas administrativas que estejam pendentes de pagamento a curto prazo.

Assim como os fornecedores, esta conta é frequentemente renovada, já que as empresas costumam incorrer em novas despesas regularmente.

Adiantamentos de Clientes

São valores recebidos de clientes como forma de pagamento antecipado por produtos ou serviços ainda não entregues. Esse valor representa uma obrigação de curto prazo, pois a empresa precisa realizar a entrega ou o serviço em um prazo curto.

Esta conta se refere a pagamentos feitos a fornecedores antes da entrega dos bens ou serviços. Embora possa parecer uma obrigação que se extingue com a entrega, muitos fornecedores têm relações de longo prazo com as empresas, e esses adiantamentos podem ser uma prática comum, renovando assim essa obrigação.

Empréstimos e Financiamentos de curto prazo

Inclui as parcelas de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito que vencem dentro de um ano. É uma conta essencial, pois afeta diretamente o fluxo de caixa e a capacidade de cumprir com as obrigações financeiras.

A conta de **empréstimos e financiamentos de curto prazo** inclui:

Dívidas de curto prazo: Normalmente, essas dívidas são contratadas pela empresa para cobrir déficits temporários no fluxo de caixa. Como são dívidas que precisam ser obtidas e quitadas rapidamente, têm prazos menores e, geralmente, taxas de juros mais altas. Exemplos incluem linhas de crédito rotativo, adiantamentos de recebíveis e outros empréstimos bancários de curto prazo.

Esses empréstimos são feitos em prazos mais curtos e tendem a ter **juros mais elevados**. A razão é que o banco ou a instituição financeira assume mais risco, já que esses empréstimos são voltados para necessidades imediatas e podem não ter garantias reais (ou seja, não são garantidos por ativos da empresa).

Transferência de dívidas de longo prazo para o curto prazo: Dívidas originalmente contraídas a longo prazo, como financiamentos junto ao BNDES ou debêntures, são transferidas para o passivo circulante à medida que seu vencimento se aproxima. Normalmente, as parcelas desses financiamentos que vencerão dentro dos próximos 12 meses são registradas no passivo circulante, enquanto o restante permanece no passivo não circulante.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar

O Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e os Dividendos a Pagar são duas formas de remuneração dos acionistas, mas diferem em sua natureza contábil, fiscal e nas condições de pagamento.

Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

O JCP é uma forma de remuneração dos acionistas praticada por empresas no Brasil que permite às empresas pagarem "juros" sobre o valor investido pelos sócios, utilizando recursos próprios. Para o cálculo do IR e CSLL o JCP é contabilizado como despesa, o que reduz a base tributária do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O pagamento de JCP é calculado com base no patrimônio líquido da empresa multiplicado pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TLP). O valor pago aos acionistas é retido na fonte, com uma alíquota de 15% de Imposto de Renda.

A principal vantagem do JCP para a empresa é a possibilidade de deduzir o valor pago aos acionistas como despesa, reduzindo, portanto, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social.

O JCP declarado e não pago fica registrado no passivo circulante como **“Juros sobre o Capital Próprio a Pagar”**, enquanto os dividendos declarados e não pagos são registrados como **“Dividendos a Pagar”**.

Os dividendos correspondem a distribuição de parte dos lucros da empresa aos acionistas. Diferente do JCP, os dividendos não são dedutíveis para o cálculo do lucro tributável, mas sim uma distribuição do lucro líquido.

A empresa decide o montante a ser distribuído com base em seu resultado positivo.

O JCP declarado e não pago fica registrado no passivo circulante como “**Juros sobre o Capital Próprio a Pagar**”, enquanto os dividendos declarados e não pagos são registrados como “**Dividendos a Pagar**”.

Como os JCP reduzem o lucro tributável da empresa, a tendência das empresas é distribuir o maior valor possível nessa modalidade de remuneração, para reduzir o IR e CSLL pagos.

O limite máximo de dedução dos juros sobre o capital próprio é dado pela fórmula abaixo:

JCP = min (TLP x PL início do ano; max (50% das reservas de lucros; 50% do LL)

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

O **passivo não circulante** representa as obrigações financeiras e dívidas de uma empresa que possuem vencimento a longo prazo, ou seja, com prazo superior a 12 meses. Essas obrigações estão associadas a financiamentos, contratos e outras responsabilidades que não demandam pagamento imediato.

O passivo não circulante é fundamental para compreender a estrutura de capital e os compromissos financeiros da empresa a longo prazo.

Investimentos permanentes, como **imobilizado, intangível, ativo biológico e investimentos em participações acionárias**, devem, de fato, ser financiados com **recursos de longo prazo**. Isso é fundamental para garantir a estabilidade financeira da empresa e evitar problemas de liquidez.

Os recursos de longo prazo contemplam o Patrimônio Líquido (capital social + lucros retidos) e Passivo não Circulante.

O **passivo não circulante** agrupa todas as obrigações financeiras que a empresa precisa liquidar em um prazo superior a 12 meses após a data do balanço. Em outras palavras, são compromissos de longo prazo que não exigem pagamento imediato, permitindo que a empresa tenha mais tempo para planejar e organizar seus recursos para quitar essas dívidas.

Seguem abaixo as principais contas do passivo não circulante.

Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo

Debêntures a Pagar

Provisões para Contingências

Obrigações com partes relacionadas

Impostos diferidos

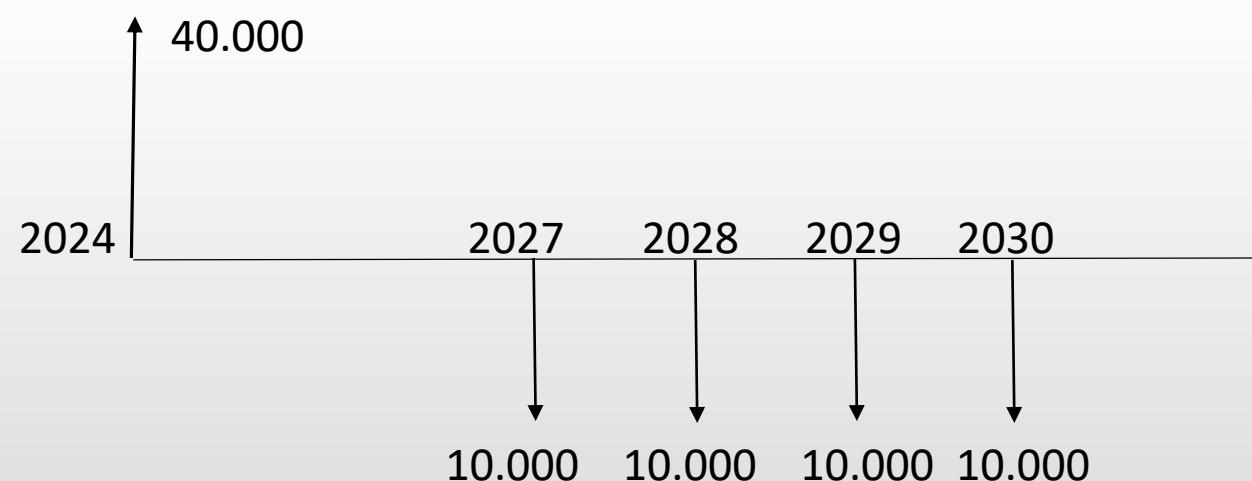
Impostos parcelados

Passivo de Arrendamento

Empréstimos e Financiamentos de longo prazo

Representa as dívidas que a empresa contraiu com instituições financeiras e que possuem vencimento superior a um ano. Esses financiamentos são geralmente utilizados para investimentos em ativos fixos ou expansão dos negócios, como compra de maquinário, imóveis ou modernização da infraestrutura.

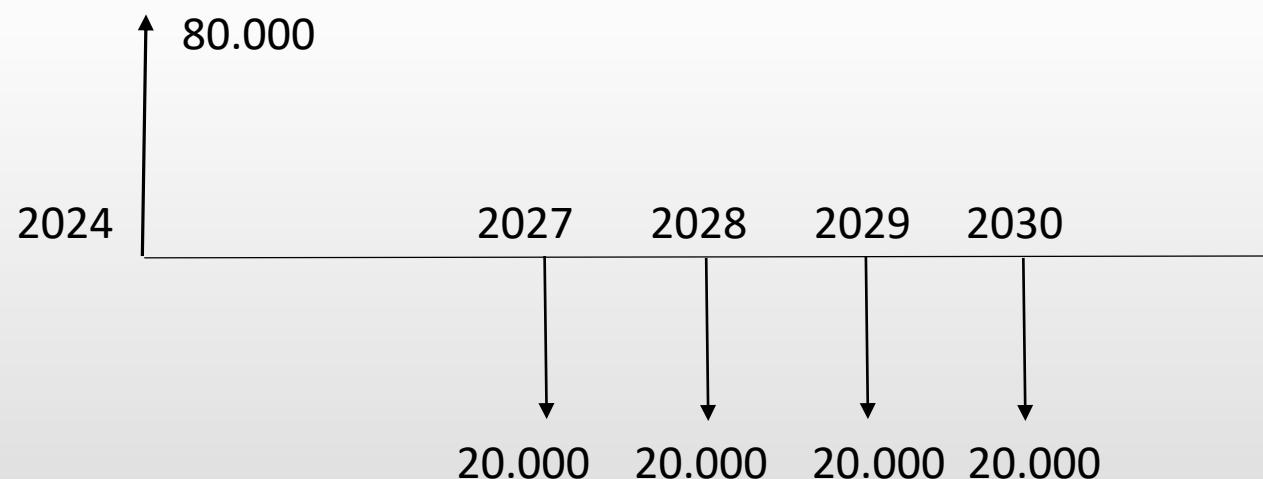
Transferência de dívidas de longo prazo para o curto prazo: Dívidas originalmente contraídas a longo prazo, como financiamentos junto ao BNDES, são transferidas para o passivo circulante à medida que seu vencimento se aproxima. Normalmente, as parcelas desses financiamentos que vencerão dentro dos próximos 12 meses são registradas no passivo circulante, enquanto o restante permanece no passivo não circulante.



Debêntures a pagar

São títulos de dívida emitidos pela empresa para captar recursos no mercado. Esses títulos têm prazo de vencimento superior a um ano e representam um compromisso de pagamento de juros e principal aos investidores. A emissão de debêntures é comum entre grandes empresas, que buscam captar capital com menor custo financeiro.

Transferência de dívidas de longo prazo para o curto prazo: Dívidas originalmente contraídas a longo prazo, como debêntures, são transferidas para o passivo circulante à medida que seu vencimento se aproxima. Normalmente, as parcelas desses financiamentos que vencerão dentro dos próximos 12 meses são registradas no passivo circulante, enquanto o restante permanece no passivo não circulante.



Provisões para Contingências

Refere-se a valores reservados para cobrir possíveis perdas futuras com processos judiciais, questões trabalhistas, ambientais ou fiscais. Essas provisões são estimativas que a empresa faz para proteger-se de custos inesperados, e o valor e o prazo de liquidação são incertos.

Impostos Diferidos

São impostos devidos que foram adiados para pagamento no futuro, geralmente devido a incentivos fiscais, créditos tributários ou políticas de diferimento fiscal. Essa conta permite que a empresa postergue o pagamento de impostos sobre certos lucros ou ganhos, ajustando seu fluxo de caixa.

Obrigações com partes relacionadas

São dívidas ou compromissos financeiros que a empresa possui com empresas do mesmo grupo econômico. Geralmente, esses valores são empréstimos ou transações de longo prazo entre empresas controladas ou entre a controladora e a controlada.

Impostos parcelados

Em algumas situações, empresas realizam parcelamentos de dívidas fiscais ou previdenciárias com o governo em prazos longos, superiores a um ano. Esse tipo de parcelamento permite que a empresa liquide suas obrigações fiscais de forma mais equilibrada e conforme sua capacidade financeira.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é o valor residual que sobra após deduzir todos os passivos dos ativos da empresa. Em termos contábeis, o patrimônio líquido é calculado pela fórmula:

$$\text{Patrimônio Líquido} = \text{Ativo} - \text{Passivo}$$

Um patrimônio líquido positivo indica que a empresa tem mais ativos do que passivos, representando um sinal de solidez. Se o patrimônio líquido for negativo, isso pode indicar problemas financeiros, pois significa que os passivos da empresa excedem os ativos.

No balanço patrimonial, o patrimônio líquido é listado logo após os passivos, refletindo a ordem de prioridade no caso de liquidação da empresa: primeiro são pagos os passivos, e o valor restante pertence aos acionistas. Essa estrutura é essencial para avaliar a **solidez financeira** da empresa e entender o percentual dos recursos financiados por capital próprio em comparação ao financiamento por terceiros.

Seguem abaixo as principais contas do Patrimônio Líquido:

Capital Social:

Corresponde ao montante investido pelos sócios ou acionistas quando da constituição da empresa ou em aumentos de capital. Representa o capital inicial e subsequente, que foi aportado pelos proprietários para o desenvolvimento das atividades da empresa.

Ajuste de Avaliação Patrimonial:

Alguns ativos e passivos devem ser contabilizados com base no conceito de valor justo e a sua variação (aumentos ou diminuições do valor atribuído a esses ativos e passivos) deve ser classificada no patrimônio líquido como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício.

Exemplo, quando uma empresa tem ações de uma empresa de capital aberto, se essas ações se valorizam (desvalorizam), os ativos correspondentes aumentam (diminuem), o que significa um ganho (perda). Porém, como não ocorreu a realização (as ações não foram vendidas), não impacta a demonstração de resultados, mas apenas o patrimônio líquido. Assim, esses ajustes deverão ser contabilizados em função do regime de competência, transitando pelo resultado posteriormente à medida em que forem sendo realizados.

Reservas de Lucros:

Reserva legal

O objetivo dessa reserva é que se guarde, de forma obrigatória, parte do patrimônio da empresa. Por isso, pela lei, a proporção a ser seguida é a seguinte: destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor acumulado atinja 20% do capital social realizado.

Reserva estatutária

Essa reserva segue as determinações do estatuto da empresa, e deve contar com as seguintes informações: limite máximo, critérios da parcela anual de lucros a ser constituída e dados exatos quanto à sua finalidade.

Reserva para contingência

Essa reserva tem origem numa perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado com certo grau de precisão e deverá ser revertida, caso não ocorra, para recompor o dividendo que deixou de ser distribuído.

Reserva para investimentos

Essa reserva tem por objetivo garantir o financiamento de investimentos da organização, especialmente para expansão da capacidade. Deve estar devidamente fundamentada em orçamento de capital e aprovada pela Assembleia. Tal reserva não deve ser constituída em detrimento do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

Reserva de lucros a realizar

Essa reserva tem por objetivo evitar que a empresa distribua dividendos incidentes sobre lucros ainda não realizados financeiramente, tais como resultado positivo de equivalência patrimonial, ganhos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados nessa reserva, quando realizados, e, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a realização.

Prejuízos acumulados:

A partir da vigência da Lei nº 11.638/2007, foi extinta a possibilidade de manutenção e apresentação de saldos a título de lucros acumulados. Assim, tal conta registra as perdas dos acionistas provocadas pelos prejuízos do exercício. Importante destacar que a Lei obriga que o lucro da empresa que não for distribuído deverá ser transferido para as respectivas reservas de lucros.

Essa reserva tem por objetivo garantir o financiamento de investimentos da organização, especialmente para expansão da capacidade. Deve estar devidamente fundamentada em orçamento de capital e aprovada pela Assembleia. Tal reserva não deve ser constituída em detrimento do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

Ações em Tesouraria:

Trata-se de uma conta redutora do Patrimônio Líquido e contempla todas as recompras de ações da própria empresa e que são mantidas em tesouraria. Tais ações não recebem dividendos e não têm direito a voto. Por conta dessa recompra, ocorre uma redução do número de ações em circulação no mercado

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO (DRE)

A DRE é um **relatório dinâmico** que mostra a **composição do resultado** da empresa ao longo de um período específico (como um ano, trimestre ou mês).

Ela evidencia o **fluxo econômico** da empresa, mostrando todas as receitas e despesas, resultando no **lucro ou prejuízo do período**.

A DRE é organizada de forma sequencial, começando pelas receitas, subtraindo o custo das vendas, as despesas operacionais, despesas financeiras, despesas de imposto de renda e contribuição social, até chegar ao resultado líquido, que reflete a capacidade da empresa de gerar lucro após todos os eventos econômicos e despesas (inclusive impostos e outras deduções).

Portanto, enquanto o BP fornece uma visão estática dos recursos e obrigações em um momento específico, a DRE apresenta uma visão da **performance econômica** ao longo de um período, evidenciando como o resultado foi gerado por meio das atividades da empresa.

A seguir apresentamos o modelo básico da Demonstração de Resultados:

Receita líquida de Vendas

- Custo das Vendas

Lucro Bruto

- Despesas administrativas
- Despesas comerciais

Lucro da Atividade ajustado

- + Outras Receitas
- Outras Despesas

Lucro da Atividade (EBIT)

- + Resultado de Equivalência Patrimonial

Resultado operacional líquido

- Despesas financeiras
- + Receitas financeiras

Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social (LAIR)

- Provisão para Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Diferido

Resultado líquido

Receita Bruta de Vendas:

Corresponde ao total das vendas realizadas pela empresa, sem quaisquer deduções. É o valor bruto de tudo o que foi vendido no período.

Deduções da Receita Bruta:

Inclui as devoluções de vendas, abatimentos e impostos sobre vendas.

Receita Líquida de Vendas = Receita Bruta - Deduções da Receita Bruta.

A implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) no Brasil, proposto pela nova reforma tributária, está programada para iniciar de forma gradual de **2026 a 2032**. Durante essa fase, tanto o sistema atual quanto o novo IVA coexistirão, com alíquotas progressivas para o IVA e redução dos tributos antigos.

Principais Pontos sobre a Implementação do IVA

Novo IVA Dual:

A reforma cria um sistema de IVA "dual", ou seja, composto por dois impostos principais:

CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): será um tributo de competência federal.

IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): será um tributo de competência estadual e municipal.

Esses dois impostos substituirão tributos como PIS, Cofins, ICMS (estadual) e ISS (municipal).

Custo das Mercadorias Vendidas (CMV):

Numa empresa comercial o CMV refere-se ao custo das mercadorias que foram vendidas no período.

Em empresas industriais, o CPV inclui os custos de produção (matéria-prima, mão-de-obra direta e custos indiretos de fabricação).

Numa empresa de serviços, o CSP refere-se aos custos fixos e variáveis, incorridos para a prestação dos serviços.

Lucro Bruto = Receita Líquida de Vendas - Custo das Mercadorias Vendidas.

Despesas comerciais: incluem as despesas relacionadas à distribuição e vendas, como marketing e comissões de vendas, fretes.

Despesas administrativas: incluem as despesas de gestão da empresa, como salários administrativos, aluguel e despesas de escritório.

Lucro da Atividade Ajustado = Lucro Bruto – despesas comerciais – despesas administrativas

Outras Despesas e Outras Receitas Operacionais

Aqui, são incluídas receitas e despesas que não estão diretamente relacionadas à atividade principal da empresa, mas que impactam o resultado.

Ganhos e perdas não recorrentes classificados como **outras receitas e despesas operacionais** referem-se a itens que não fazem parte das atividades principais da empresa e que, geralmente, ocorrem de forma pontual ou esporádica.

Estes itens são incluídos na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em uma seção separada para não distorcer a análise da atividade operacional regular.

Seguem alguns exemplos:

Seguem alguns exemplos de Outras Despesas:

Perdas com venda de ativos: Quando a empresa vende um ativo por um valor abaixo do valor contábil, a diferença entre o valor contábil e o valor da venda é contabilizado como outras despesas operacionais.

Perdas com Baixa de Ativos Imobilizados:

Perdas com a desvalorização ou inutilização de ativos fixos, como maquinário danificado que não pode ser reparado ou que se tornou obsoleto antes do tempo.

Perda com Estoques Obsoletos:

Perdas registradas em estoques que perderam valor de mercado ou que não podem mais ser vendidos. Um exemplo comum é em setores de tecnologia, onde os produtos ficam obsoletos rapidamente.

Reestruturação ou Encerramento de Operações:

Gastos com o fechamento de unidades de negócios, custos de demissões em massa ou mudanças drásticas no modelo de negócios. Esses custos são considerados não recorrentes, pois são pontuais.

Despesa com Impairment:

Ocorre quando a empresa precisa reduzir o valor contábil de um ativo (como ativos imobilizados, intangíveis) para refletir uma perda de valor, ou seja, quando o valor recuperável do ativo fica inferior ao valor registrado contabilmente.

Multas e Penalidades Significativas:

Multas por descumprimento de contratos, sanções ambientais ou fiscais que, por serem significativas e não recorrentes, são classificadas como despesa extraordinária.

Seguem alguns exemplos de Outras Receitas:

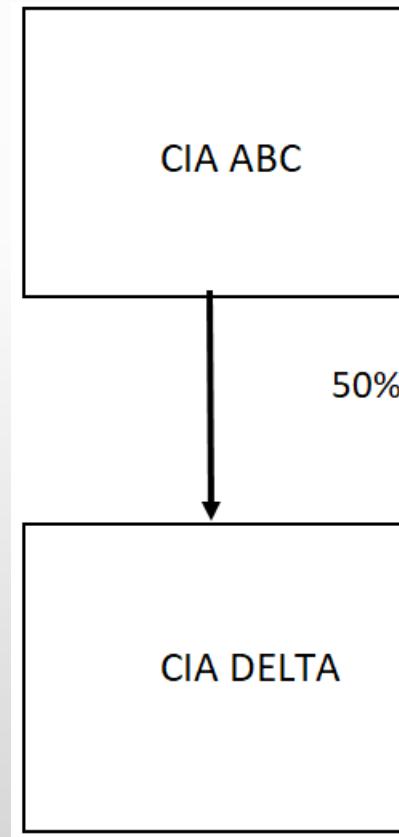
Ganhos com venda de ativos: Quando a empresa vende um ativo por um valor acima do valor contábil, a diferença entre o valor da venda e o valor contábil é contabilizado como outras receitas operacionais.

Ganhos em processos judiciais: Por exemplo, **indenizações recebidas** em processos judiciais por danos ou perdas materiais; **recuperação de créditos fiscais** via ações judiciais e **compensações** recebidas por quebra de contrato ou outras disputas comerciais.

Lucro da Atividade = Lucro da Atividade ajustado – outras despesas + outras receitas

Resultado de Equivalência Patrimonial

Esta conta serve para registrar o resultado (lucro ou prejuízo) com investimentos em coligadas e controladas apurado pelo método da equivalência patrimonial. A contrapartida dessa conta é aumento ou diminuição do ativo Investimentos (um dos itens do Ativo não circulante) dado em função da apuração do lucro ou prejuízo por equivalência patrimonial.



INVESTIMENTOS	
saldo inicial	25.000,00
+ REP	1.000,00
saldo final	26.000,00
<u>ano 1</u>	
PAT. LÍQUIDO	
Saldo inicial	50.000,00
+ LL	2.000,00
- dividendos	-
Saldo final	52.000,00

Despesas Financeiras

Referem-se aos encargos financeiros de empréstimos e financiamentos. Além disso, devem ser consideradas como despesas financeiras a variação cambial negativa (perda cambial), relacionada ao impacto do aumento da taxa de câmbio numa dívida em moeda estrangeira.

Receitas Financeiras

As empresas, eventualmente, podem ter ganhos no mercado financeiro como resultado de aplicações de curto e curtíssimo prazo de sobras de caixa. Essas receitas são contabilizadas nessa conta. Uma empresa que tenha dívida em dólares deve contabilizar como receita financeira a variação cambial positiva (ganho cambial) relacionada ao impacto da queda da taxa de câmbio

Lucro antes do IR e CSLL (LAIR) = Lucro da Atividade + REP – despesas financeiras + receitas financeiras

Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

No caso de empresas enquadradas no regime de lucro real, a tributação não acontece exatamente sobre o resultado positivo gerado pela empresa e apurado pela contabilidade. A legislação fiscal, controlada pela Receita Federal do Brasil, efetua uma série de ajustes para chegar no chamado “lucro real”, base para a incidência do imposto de renda e contribuição social.

Tais ajustes são realizados no “LALUR” (livro de apuração do lucro real), para chegar no lucro fiscal, ou seja, o lucro efetivamente tributável, sobre o qual haverá a incidência das alíquotas do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro (CSLL).

Na apuração do **lucro fiscal**, o Fisco brasileiro parte do **lucro contábil** e ajusta-o por meio de **adições e exclusões** para chegar ao **Lucro Real**, que é a base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme esquema a seguir:

Lucro (ou Prejuízo) Líquido

É a diferença entre Lucro antes do imposto de renda (LAIR) e imposto de renda e contribuição social.